

Cauma corre risco de perder poderes para os distritais

João Carlos Henriques

O Conselho de Arquitetura, Urbanismo e Meio Ambiente (Cauma) poderá perder, nesta segunda-feira, parte de seus poderes. A Câmara Legislativa vai apreciar o veto do governador Joaquim Roriz ao projeto de lei de autoria do deputado Carlos Alberto (PPS), que passa para a Câmara a maioria das prerrogativas do Cauma. De acordo com Carlos Alberto, o decreto legislativo nº 1, de 1991, que fixou as competências legislativas e fiscalizadoras da Câmara até que a Lei Orgânica seja promulgada, estabeleceu que cabe aos deputados distritais legislar sobre direito urbano.

Cabe, ainda, à Câmara Legislativa, segundo o decreto legislativo nº 1, legislar sobre bens de valor histórico, turístico e paisagístico; planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano; uso do solo rural e outras matérias. Quando apresentou o projeto, em setembro do ano passado, Carlos Alberto argumentou que o Cauma vinha "praticamente legislando sobre questões que exigiam, pela sua abrangência e importância para a população do DF, apreciação prévia da Câmara".

Discordância

O projeto foi aprovado no final do ano passado, durante o esforço concentrado da Câmara. Ele estabelece que as alterações nos códigos de edificações do DF, nos planos urbanísticos e arquitetônicos e nos gabaritos de edificações dependem de prévia autorização da Câmara Legislativa. O projeto foi ve-

tado totalmente pelo GDF. O argumento do veto é o de que só após o advento da Lei Orgânica e de seu Plano Diretor é que se poderia dispor sobre alterações do código de edificações, zoneamentos e gabaritos.

Carlos Alberto discorda dos argumentos do veto e já está articulando com outros deputados para tentar derrubá-lo. Ele vai precisar, na segunda-feira, de convencer 12 deputados, pois são necessários 13 votos para derrubar um veto governamental.

A Câmara vai apreciar, ainda, outros seis vetos a projetos de lei. Do deputado Agnelo Queiroz (PC do B) autoriza o GDF a criar a função de técnico aplicador de gesso. Do deputado Wasny de Rouse (PT) que obriga o cobrador a ter troco nos ônibus. Caso não tenha, o passageiro pode andar de graça nos ônibus. O deputado Pedro Celso (PT) tem um projeto vetado, que será apreciado na segunda-feira, que estabelece a obrigatoriedade do uso de tacógrafo nos ônibus. Agnelo Queiroz teve projeto vetado que muda as atribuições e composição do conselho de saúde do DF e o deputado Eurípedes Camargo (PT) pretende derrubar veto a projeto de sua autoria que trata da seleção, coleta e destino dos resíduos gerados por estabelecimentos de serviços de saúde. Finalmente tem um projeto de autoria do próprio GDF, que foi emendado na Câmara, e recebeu veto parcial. A emenda vetada estabelecia que alguns cargos de confiança do Tribunal de Contas do DF deveriam ser preenchidos por servidores de carreira.